

## **A construção de um currículo e suas ressonâncias: a Proposta Curricular de História da América para o 2º grau – 1ª série (1975-1985)**

*La construcción de un currículo: la Propuesta Curricular de Historia de América para el 2º grado – 1ª série (1975-1985)*

*The making of a curriculum and its echoes: the Curricular Proposal of American History for high school – 1st grade (1975-1985)*

**Nathalia Fernandes Vieira<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de Mestrado em História que pretende compreender as relações que envolvem a elaboração da Proposta Curricular de História para a 1ª série do 2º grau do Estado de São Paulo (1980) e da Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série (1983), produzidas por equipes de historiadores na CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas). Para isso, analisamos o contexto histórico de sua produção, que é de transição política – o processo de redemocratização do país em fins da Ditadura Civil-Militar que teve início com o golpe de 1964. A Proposta de 1980 aparece como um esforço de construção de uma nova narrativa histórica, oposta àquela disseminada nos “anos de chumbo” e inovadora em relação aos seus conteúdos e à metodologia de ensino. Para a 1ª série do 2º grau são sugeridos conteúdos de História da América e, como subsídio ao seu uso, é construída uma Coletânea, que traz documentos históricos de natureza variada (discursos, artigos jornalísticos e outros) seguidos de sugestões de uso didático. Para contextualizar os documentos curriculares, além do estudo bibliográfico, foram feitas entrevistas com membros da equipe de elaboração dos documentos, em especial historiadoras que fizeram parte do “boom” de estudos de História da América Latina na Universidade de São Paulo desde 1975 – Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato e Zilda Iokoi. As entrevistas e os documentos serão analisados com base na teoria crítica do currículo e na história das disciplinas escolares.

*Palavras-Chave:* Currículo; Disciplina Escolar; Ditadura Civil-Militar; História da América; Redemocratização.

### **Resumen**

*Este trabajo presenta resultados parciales de la investigación para Maestría en Historia que pretende comprender las relaciones que involucran la elaboración de la “Proposta Curricular de História para a 1ª série do 2º grau” del Estado de São Paulo (1980) y de la “Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série” (1983), producidas por equipes de historiadores en la CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas). Para eso, analizamos el contexto histórico de su producción, que es de transición política – el proceso de redemocratización brasileño al fin de la dictadura civil-militar, que se inició con el*

---

<sup>1</sup> Mestranda em História, Cultura e Identidades; Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Ponta Grossa, Paraná, Brasil; [nathalia.itu@gmail.com](mailto:nathalia.itu@gmail.com))

golpe de 1964. La Propuesta de 1980 es un esfuerzo de construcción de una nueva narrativa histórica, opuesta aquella diseminada en la dictadura e innovadora en relación a sus contenidos y metodología de enseñanza. Para la 1ª serie del 2º grado son sugeridos contenidos de Historia de América y, como subsidio a su uso, se construye una colección, que trae documentos históricos de variada naturaleza (discursos, artículos periodísticos y otros) seguidos por sugerencias de uso didáctico. Para contextualizar los documentos curriculares, además del estudio bibliográfico, hicimos entrevistas con miembros de los equipos de elaboración, especialmente historiadoras que fueron parte del “boom” de estudios de Historia de América Latina en la Universidad de São Paulo (USP) desde 1975 – Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato e Zilda Iokoi. Las entrevistas y los documentos serán analizados con base en la historia del currículo y de las disciplinas escolares.

*Palabras claves:* Currículo; Disciplina Escolar; Dictadura Civil-Militar; Historia de America; Redemocratización.

### **Abstract**

*This paper presents partial results of the research for Master Degree in History that intends to understand the relations involving the elaboration of the “Proposta Curricular de História para a 1ª série do 2º grau” of the state of São Paulo (1980) and the “Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série” (1983), produced by teams of historians at CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas). To this end, we analysed the historical context of the production, which is a political transition – the process of redemocratization of Brazil in the end of the civil-military dictatorship, that started with the 1964 coup. The 1980 Proposal is an effort to make a new historical narrative, opposing to the one that was disseminated during the dictatorship and innovative concerning its contents and teaching methodologies. For the 1st grade of high school they suggest contents of American History and, as a subsidy for its use, they make a collection of historical documents of many kinds (speeches, articles etc.), followed by suggestions of didactic use. For contextualizing the curricular documents, besides the bibliographical study, we interviewed members of the teams who participated on the elaboration and also historians who were part of the “boom” of studies of Latin American History at Universidade de São Paulo (USP) since 1975 – Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato, Maria de Lourdes Janotti, Zilda Iokoi and others. The interviews and the documents are being analysed based on the history of curriculum and the school subjects.*

*Keywords:* American History; Civil-Military Dictatorship; Curriculum; School Subjects; Redemocratization.

## **1. Introdução**

Esse trabalho investiga contextos, sujeitos e conteúdos que informaram o processo de elaboração da Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º Grau em fins

da década de 1970 e início dos anos 1980, no Estado de São Paulo. Esta proposta possui uma importância singular, pois representou o retorno do ensino de História da América ao denominado 2º Grau do ensino paulista. Por que a História da América retorna ao currículo escolar como uma disciplina específica? Por que naquele momento histórico? Quem foram os agentes históricos responsáveis por essa formulação? Quais os propósitos que mobilizaram esses agentes a buscarem essa reinserção? Que ideais representavam? Que História da América foi proposta ao professor e ao público escolar?

Ao longo de sua trajetória, o ensino de História atravessou diferentes debates acerca de seus propósitos e conteúdos. Formulada em meados do século XIX como disciplina que funda a “genealogia da nação”, com o passar do tempo a História recebe novas propostas de orientação de objetivos e organização de conteúdos. História Sagrada, História Universal, História do Brasil, História da Civilização e História da América. Essa última, História da América, ganha suas primeiras formulações no final do século XIX, com o lançamento do primeiro livro didático de História da América no ano de 1900, o “Compêndio de História da América”, de Rocha Pombo. Para Circe Bittencourt, que se dedicou ao estudo da História da produção didática sobre História da América, a data desse compêndio é significativa, pois é o momento em que o regime republicano está se estabelecendo no Brasil e levando o país a um alinhamento com as outras nações da América (BITTENCOURT, 1996, P. 211-213).

O ensino de História da América, de início, como vimos, foi relacionado à História do Brasil. Em 1942, no entanto, a História do Brasil passa a ser uma disciplina autônoma, o que significa a transferência da História da América para a História Universal, como mais um de tantos temas a serem ensinados. Nos anos 50, a conjuntura mundial está passando por grandes transformações, com os Estados Unidos ascendendo como nova potência mundial e ditando sua Política da Boa Vizinhança baseada no ideal do Pan-americanismo, que incentiva a criação da OEA e da CEPAL. Na década de 1960, porém, a História da América já passa a ser vista como “perigosa”, principalmente após a Revolução Cubana e suas ressonâncias no continente. E a escola passa a ser um espaço “para todos”, o que obriga o governo a ter outro olhar sobre o que ali era ensinado. Assim, durante a Ditadura Civil-Militar, a História da América passa ser basicamente uma disciplina acadêmica, e não mais uma disciplina escolar autônoma, vendo seus conteúdos serem diluídos na chamada História Geral, ou vinculada à algum tópico que serve para dar um maior enquadramento aos acontecimentos da História do Brasil.

Mas, o que faz a disciplina ressurgir no currículo das escolas estaduais paulistas na transição dos anos 70/80? Dentre os objetivos principais deste estudo está: compreender as

complexas relações que se estabelecem entre o contexto de transição política da época com o esgotamento da Ditadura Civil e Militar e as lutas pela redemocratização; identificar as reformulações na organização universitária e seus impactos na pesquisa e na produção acadêmica, em particular sobre a História da América; e conhecer os processos de elaboração de currículos de História para a educação escolar formal na rede pública estadual de São Paulo.

A análise a ser efetuada busca contextualizar e compreender o processo de produção de um conjunto articulado de documentos curriculares: a *Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º grau*, elaborada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sob responsabilidade da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), publicada em 1980 pelo Serviço de Documentação e Publicações da CENP; e a *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série*, publicada em 1983, também pela CENP.<sup>2</sup> Para compreender o processo de produção desses documentos curriculares buscamos outros documentos produzidos pelos órgãos oficiais do Estado de São Paulo e realizamos um conjunto de entrevistas com pessoas que atuaram na formulação da Proposta Curricular e da Coletânea, e que estavam à frente das iniciativas que visavam constituir um novo campo de estudos sobre a História da América no Brasil.

Essa análise fundamenta-se nos referenciais teóricos e metodológicos da chamada História das Disciplinas Escolares e da História do Currículo. A História das Disciplinas Escolares é o campo que estuda o que é ensinado e como é ensinado nas escolas através dos tempos. Embora pareça-nos natural a organização da escola em disciplinas escolares, ela tem uma historicidade, ou seja, mudou e muda ao longo do tempo e em diferentes contextos. Os mais reconhecidos pesquisadores do campo são o francês André Chervel e o inglês Ivor Goodson. Ambos negam a interpretação de que o conhecimento escolar é uma mera “transposição” do conhecimento das ciências de referência. Para eles, não deve existir uma hierarquização do conhecimento, onde se colocaria o conhecimento produzido nas universidades acima daquele produzido dentro das escolas, mas entendem que a escola é um lugar de produção de um saber próprio com finalidades próprias. A esse saber chamamos “saber escolar”, que, além de englobar as finalidades, as práticas e os métodos de cada disciplina, passa também pelo “saber docente”, ou seja, o saber que cada docente traz de sua

---

<sup>2</sup> A fim de facilitar a referência aos objetos, denominarei a primeira como **Proposta** e a segunda como **Coletânea**.

formação profissional e experiência. Sobre o saber docente, temos como referência as pesquisas do canadense Maurice Tardif e da brasileira Ana Maria Monteiro.

Uma das dimensões importantes da história das disciplinas escolares reside em sua valorização dos diferentes sujeitos que atuam na construção de uma disciplina escolar. Não apenas o Estado, a Academia, mas um conjunto de indivíduos e instituições são fundamentais para a configuração de uma disciplina. Este trabalho entende as disciplinas escolares nesta perspectiva e buscará desvelar sujeitos e instituições envolvidos na constituição da disciplina de História da América, bem como irá trabalhar com os discursos normativos da disciplina organizados em seus objetivos, conteúdos, métodos e propostas de avaliação da aprendizagem.

Segundo Tomás Tadeu da Silva duas questões ocupam as discussões sobre o currículo: o que ensinar e quem queremos formar? As perspectivas tradicionais tomavam a resposta à questão “o que ensinar?” como dada, e, se concentravam na questão do “como ensinar”. Para essas perspectivas, “teorizar” o currículo resumia-se em discutir as melhores e mais eficientes formas de organizá-lo. Esses primeiros estudos sobre o currículo datam do início do século XX, nos Estados Unidos, com Franklin John Bobbitt, que entendia que a escola deveria funcionar como uma indústria, com objetivos, métodos e mensuração de resultados, e John Dewey, que já entendia que a escolarização deveria ser voltada à construção da democracia, levando em conta os interesses dos jovens. A teoria de Bobbitt, voltada à eficiência produtiva da escola, fez mais sucesso e teve mais repercussões.

Na década de 60 vão surgir as teorias críticas do currículo em diversos países, fazendo parte de um contexto de contracultura, efervescência do movimento estudantil e dos movimentos de direitos civis. Nessa linha temos Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Michael Apple, Henry Giroux, Basil Bernstein, entre outros. No limiar do século XXI temos as teorias pós-críticas do currículo, que posicionam-se avessas à homogeneização cultural, reivindicando um currículo onde o conhecimento seja ligado à construção de uma identidade multicultural de gênero, etnia, sexualidade, subjetividade, entre outros. A partir dos anos 1960 também surgiram em nações não-europeias os teóricos pós-coloniais. O pós-colonialismo vai contra os discursos que consideram que vivemos em um mundo descolonizado, acreditando que o mundo contemporâneo vive hoje ainda as consequências das diversas experiências colonizadoras europeias. Estes teóricos, como Frantz Fanon, Homi Bhabha, Paulo Freire e Edward Said, reivindicam o lugar das culturas não-europeias na construção das identidades.

A partir das teorias críticas e pós-críticas o currículo passou a ser entendido como um campo ético e moral, trazendo novas indagações relacionadas aos **porquês**: por que esse

conhecimento faz parte do currículo e não outro? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos e outros não? Quais são os interesses e as relações de poder que fazem com que uns conhecimentos sejam excluídos e outros não? Nesse sentido cabe perguntar: por que a História da América, enquanto saber histórico específico deve ser parte integrante do currículo escolar? Que História da América? Qual o conceito de História da América está sendo defendido no currículo escolar?

Por sua vez, essas indagações devem ser feitas tendo em vista o contexto histórico no qual a disciplina se insere ou não no currículo escolar. O campo da História do Currículo estuda justamente a historicidade dos documentos oficiais que guiam o ensino escolar. Da mesma forma como não se pode tomar como natural a divisão do conhecimento escolar em disciplinas, também o currículo não é natural e tomou diversas formas ao longo do tempo e nos diferentes contextos. Portanto, segundo essa perspectiva o currículo não pode ser separado da totalidade do social; devendo ser entendido em seu contexto histórico e sociocultural. Ele não é atemporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes da sociedade e da educação (Goodson, 1994), é um “artefato histórico” (Silva, 1999).

A crítica ao currículo, nessa perspectiva, é um ato inevitavelmente político que busca desvendar as relações entre o poder, a ideologia, o controle social e a forma como os conhecimentos são selecionados, organizados e tratados pela escola. A crítica histórica busca desvelar a trajetória da disciplina e o caráter disputado e construído sobre seus objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Como afirma Bittencourt (2000) “Porque se a escola é, justamente, um cenário onde as sociedades disputam memórias possíveis sobre si mesmas; é em torno dos conteúdos e formas de se ensinar e aprender a História escolar que essas disputas se explicitam.”

A disciplina de História, em seu início, foi ligada ao Latim, que era central no currículo de Humanidades, até chegar a ser uma disciplina autônoma com conhecimento sistematizado. Para estudar os caminhos pouco lineares da disciplina, temos o campo da História do ensino de História. No Brasil, esse campo consolidou-se a partir dos anos 1980, com a realização de eventos que congregaram os pesquisadores da área, como o I Encontro Perspectivas do Ensino de História, realizado em 1988. Vemos na contemporaneidade uma riqueza de pesquisas no campo, abrangendo a formação de professores, as memórias e representações de professores, a historiografia, o livro didático, os saberes escolares, as práticas, os usos de filmes, quadrinhos, música, fotografia, a educação patrimonial, a História regional, as questões de gênero, a didática da História, o ensino de História indígena, africana e afro-

brasileira, a interdisciplinaridade, e outros.

A pesquisa da História do ensino de História ganha novo significado em um momento que a própria permanência da História como disciplina escolar vem sendo questionada no Brasil. Desta forma, surgem diversas vertentes de pesquisas de historiadores que defendem a manutenção da disciplina na Educação Básica. Temos importantes pesquisadores do campo, como Circe Bittencourt, Helenice Ciampi, Kazumi Munakata, Luis Fernando Cerri, Maria Auxiliadora Schmidt, Maria do Carmo Martins, Paulo Eduardo Dias de Mello, entre outros.

Nossa hipótese é que a História da América que está formulada na Proposta e na Coletânea foram elaboradas em um momento de fortalecimento da resistência política à Ditadura Civil-Militar instalada no Brasil pelo Golpe de 1964, e que teve como um de seus eixos de ação a construção de um projeto de educação pública nacional, baseada na “Teoria do Capital Humano” e em benefício de uma educação tecnicista sob declarada orientação norte-americana. Além disso, entendemos que a reinserção da História da América como disciplina autônoma no currículo representa um momento de consolidação da pesquisa em pós-graduação na área. Foco de resistência política os estudos sobre a História da América buscaram espaço no currículo escolar como estratégia de ampliar os espaços da luta pelo retorno da democracia ao país, e o reforço de uma agenda de discussões sobre temas fundamentais da esquerda no Brasil, tais como resistência ao imperialismo, luta contra as ditaduras, reforma agrária, etc.

Todavia, se existem relações intrínsecas entre o contexto social e político, e cultural e acadêmico com a reinserção da História da América no currículo paulista também é preciso explicitar como os conteúdos e a forma dos documentos curriculares traduzem essas conexões. Para tanto, recorreremos a procedimentos de análise do conteúdo dos documentos curriculares visando mapear seus fundamentos e concepções teóricas sobre a História e sobre a História da América, com destaque para as categorias analíticas de sujeito histórico, fatos e processos históricos, e tempo histórico.

O currículo traduz uma proposta de organização do saber histórico escolar. A definição de conteúdos implica a escolha e seleção de fatos e processos históricos, ao mesmo tempo que enfatiza a atuação de determinados sujeitos. Nesse sentido, os recortes sobre o saber histórico escolar expressam decisões e escolhas significativas sobre o que se pretende que os estudantes devem aprender sobre a História da América; implicam, a nosso entender, a definição de temas e abordagens historiográficas consideradas mais apropriadas. Além disso, e não menos importante, o conteúdo curricular está intrinsecamente articulado a uma proposta pedagógica de ensino, cujos fundamentos estão relacionados a uma concepção do que deve

ser o ensino e de como se dá a aprendizagem em História e, portanto, uma compreensão sobre qual o papel, a função social da disciplina na escola.

Além disso, procuramos entender os impactos do currículo na produção didática de História da América, mostrando algumas relações entre o saber escolar e a produção acadêmica da pós-graduação desenvolvida no período. Entendemos que a expansão da produção de obras didáticas, sejam os livros didáticos strictu-sensu e as denominadas de “paradidáticas” pela indústria do livro didático, deve-se ao fato de ter-se tornado um importante canal de difusão de temas da História da América e campo de atuação de pesquisadores da área na pós-graduação. Esta produção amplia o campo de possibilidade do currículo prescrito para o ensino de História da América, e insere-se num momento singular de expansão da indústria do livro didático e de seus produtos.

Desde sua reinstituição no início da década de 1980, passando pelas reformulações curriculares que ocorreram na mesma década, até nossos dias, podemos constatar um processo de subtração de espaço da História da América no currículo escolar. Por que paulatinamente a disciplina perde espaço? Por que, após uma reforma curricular que afirma a História da América como um campo específico de estudos históricos escolares, a disciplina se vê reduzida a conteúdos diluídos numa outra proposta de ensino de História? Afinal, como ela passou a ser incorporada nos currículos posteriores elaborados pelos órgãos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo?

## **2. A construção do currículo: a Proposta e a Coletânea**

O historiador Daniel Aarão Reis sustenta que a ditadura, como regime de exceção, encerrou-se em 1979, quando os Atos Institucionais foram revogados e iniciou-se um processo de “transição democrática” (REIS, 2014, p.11). Seguindo sua tese, exploraremos aqui como se deram as mudanças na pesquisa em História da América e no ensino de História da América durante esse período de transição política, onde o regime militar está em crise e a democracia ainda está sendo gestada.

A Ditadura Civil-Militar brasileira não poderia deixar de constituir seu próprio discurso institucional para a Educação, ou seja, seu próprio currículo. Por todo o país foram escritos novos documentos curriculares e foram promovidas mudanças nas disciplinas das áreas de Humanidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/71 determinava que o então chamado 1º grau teria as disciplinas de OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e



Estudos Sociais, em lugar de História e Geografia.

No Estado de São Paulo essa substituição foi marcada pela publicação, em 1973, dos *Guias Curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino do 1º grau*, popularmente conhecidos como “Verdão” e estudados por Elaine Lourenço (2008), que considera que o apelido dos *Guias* pode ser uma alusão à cor de sua capa ou também à ideologia patriótica militar. Os *Guias* de Estudos Sociais foram escritos sob a coordenação de Elza Nadai, sob a responsabilidade do CEHRUPE (Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho).

A escrita do documento curricular para o 2º grau, no entanto, ficou sob a responsabilidade da recém-criada CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), então coordenada por Maria de Lourdes Mariotto Haidar – nesta época professora da Faculdade de Educação da USP. No 2º grau seriam mantidas as disciplinas de História e Geografia dentro da *Proposta Curricular de História e Geografia*. Haidar convidou a professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo Maria de Lourdes Mônaco Janotti para recrutar e coordenar uma equipe. Janotti compôs sua equipe com Eduardo Paulo Berardi Junior, Elza Nadai, Enezila de Lima, José Bueno Conti, Laima Mesgravis, Pascoale Petrone, Sueli de Moraes, Suely Robles Reis de Queiroz e Zilda Marcia Gricoli Iokoi. Alguns deles eram seus orientandos de pesquisas de Mestrado e Doutorado na USP, outros já mais experientes na área do ensino de História e escrita de currículos.

As Sugestões Programáticas da *Proposta* foram organizadas sob temas principais: História e Geografia da América para a 1ª série e História e Geografia do Brasil para a 2ª série. Para a 3ª série os temas eram Geografia Humana do Brasil e História Administrativa do Brasil. Na Introdução do documento é colocado que “pretendemos integrar o Primeiro e Segundo Graus através de objetivos comuns, sugestões programáticas e didáticas complementares”. Em 1983 foi publicada a “Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série”, também elaborada pela CENP.

A equipe teve como membros Benedicta Marques Pinho, Célia Morato Gagliardi, Enezila de Lima, Zilda Marcia Gricoli Iokoi e Zita de Paula Rosa, todas vinculadas ao Departamento de História da USP. A *Coletânea* traz documentos históricos organizados de acordo com os temas indicados pela *Proposta* do 2º grau para a 1ª série, afirmando em sua introdução, “Explicação Prévia”, ser um subsídio para sua implantação. Sobre a *Coletânea*, a professora Zilda Iokoi conta:

E nos anos 70, comecinho dos 80, nós, a minha orientadora professora Maria de Lourdes Monaco Janotti, minha querida amiga, que me ensinou muita coisa nessa vida, me convidou pra fazer parte de um grupo lotado na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, cuja coordenadora da CENP era a professora Maria Luiza Mariotto Haidar, era uma mulher liberal, digamos assim, uma mulher de pensamento livre, bastante elitizante, mas ela gostou muito da proposta que a Dilú [Maria de Lourdes Mônaco Janotti] ofereceu pra transformação da escola e do conhecimento de História nessa área e nos convidou. Então nós formamos uma equipe grande, que nós tínhamos mais ou menos umas dez pessoas trabalhando e qual que foi o objetivo, né? O objetivo fundamental foi pensar como é que o ensino de História devia articular o professor a pensar a realidade cotidiana, mas ir buscar os elementos pra pensar a realidade cotidiana em documentos históricos. Então a ideia de que o livro didático era absolutamente insuficiente, às vezes bastante preconceituoso, ultraconservador, e que o professor que tivesse uma boa formação e pra ser um bom professor ele teria que ter nas mãos documentos históricos com os quais ele pudesse dizer pros seus alunos a voz daquele tempo, então a escuta daquele tempo, a voz daquele tempo. (IOKOI, 2016)

A professora considera a *Coletânea* como parte de um projeto de transformação da escola e do conhecimento histórico. Sua fala nos remete à reflexão de Maria do Carmo Martins:

Por pretenderem uma certa unidade na organização do trabalho escolar para o Estado em que é feito, o alcance desses currículos é enorme. Organizá-los não é uma tarefa burocrática e de cunho descritivo. Significa elaborar um projeto educacional de grande porte, para uma grande rede de professores e de alunos. Neles são incorporados os “avanços” científicos, as descobertas acadêmicas recentes referentes aos conteúdos listados. Por esses motivos, na elaboração dos currículos são importantes os contatos com as Universidades e seus intelectuais. [...] Logo, podemos perceber que a construção de um projeto curricular é também construção de um projeto político (MARTINS, 1996, p. 5)

Martins estudou em sua dissertação os documentos curriculares produzidos no período de redemocratização do Estado brasileiro, ou seja, no período logo após a produção da primeira *Proposta* da CENP e da *Coletânea*. Mesmo assim sua afirmação é válida para o caso da *Coletânea* também, uma vez que percebemos na fala da professora Zilda uma agenda política de transformação da escola. Elaine Lourenço, que se dedicou à análise do “Verdão” e de outros documentos curriculares da época do regime militar, considera a *Proposta* da CENP de

1980 algo paradoxal:

Se considerarmos que a USP se notabilizou no regime militar pela resistência à ditadura, sendo que muitos de seus professores foram cassados e vários alunos foram alvo da perseguição política, encontramos aqui mais um paradoxo da legislação: um documento de um estado autoritário, que é redigido por pessoas vinculadas a uma instituição que se pautava pela defesa dos valores democráticos! (LOURENÇO, 2008, p. 12)

Por um lado, temos um currículo para o 1º grau batizado de “Verdão”, publicado em 1975 pelo CEHRUPE, que reafirma a Resolução 8/71 do Conselho Federal de Educação, dizendo que busca “o ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que não deve apenas viver como ‘conviver’, sem deixar de atribuir a devida ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva do seu desenvolvimento” (SÃO PAULO, 1975). Neste documento curricular não se fala em “transformação”, mas em “ajustamento” e “convivência”.

E, por outro lado, temos a *Proposta* de História do 2º grau e seu subsídio, que é a Coletânea, que se propõe a “enfatizar o homem, enquanto agente do processo histórico, mediante a valorização de seu depoimento, relativamente à realidade vivida”. Ambas foram produzidas pela CENP em um período de menos de dez anos após o “Verdão” e ficam em vigência como currículo oficial do Estado de São Paulo até o ano de 1986. A elaboração destes últimos documentos não aconteceu sem perseguições, no entanto:

Fomos loucamente perseguidos lá, a gente tinha que fazer vigília cívica dentro da CENP porque não podia levar o nosso material bibliográfico, então não podia entrar Otávio Ianni, não podia entrar Florestan Fernandes, não podia entrar Celso Furtado, era uma coisa de louco! A gente tinha que fazer umas manobras incríveis pra poder ter um material e fazer, estudar, escrever os materiais que a gente queria passar. E a Mariotto Haidar ela segurou a barra mesmo, ela disse “Não, esse grupo está aí porque eu autorizei, eles vão ficar, etc.” e foi muito incrível. Enquanto a gente fazia isso, aqui na Secretaria de Educação de São Paulo, ali na Coordenadoria, nas Perdizes, na CENP, o governo paulista fazia outras coisas. Fazia a desorganização das escolas, fazia perseguição, enfiava os Estudos Sociais, chamava militares pra dar aula pros alunos do Ensino Fundamental e Médio na crise que foi a derrubada da experiência educacional daquele tempo. (IOKOI, 2016)

Para estas professoras, este trabalho significou uma possibilidade de resistência desde o

interior do regime, já que foi possível elaborar documentos curriculares baseados nas ideias que elas já haviam discutido internamente na Universidade, em seus trabalhos acadêmicos, em seus Grupos de Estudo etc. Elas optaram, pois, por um currículo que não fosse eurocêntrico, dizendo que "na seleção e no trabalho com os documentos procurou-se minimizar o enfoque europeizante e colonialista, tão generalizadamente presente na produção historiográfica reproduzida nos manuais didáticos comumente adotados" (SÃO PAULO, 1983, p. 11).

A pesquisadora Circe Bittencourt considera a Coletânea um “exemplo animador” de material que foge da “conceituação positivista de documentos” e esforça-se “em selecionar os textos de acordo com critérios pedagógicos coerentes com as teorias ‘construtivistas’, respeitando as faixas etárias dos alunos” (BITTENCOURT, 1996, p. 216). Para ela

Os documentos foram selecionados segundo uma abordagem histórica na qual as diferentes falas, do colonizador e do colonizado, das oligarquias e dos trabalhadores estão presentes, expressando versões diversas sobre os fatos e dimensionando os vários níveis – histórico, político, social, econômico e cultural (BITTENCOURT, 1996, p. 216).

A *Coletânea* foi organizada pelos temas e subtemas da *Proposta*, que eram os seguintes:

Tabela 1: Sumário da Coletânea de Documentos de História da América

Unidade I: O sentido da colonização europeia	A América Pré-Colombiana
	Fundamentos e Características do Antigo Sistema Colonial
	Diversidade dos processos europeus de colonização
	O processo de Independência
Unidade II: América Inglesa: O caso norte-americano	A desunião dentro da União
	A ilimitada concepção de fronteiras;
	A imposição de uma hegemonia político-econômica
	As inquietações de uma sociedade próspera

Unidade III: A América Latina a partir da Independência: traços comuns	Unidade e fragmentação
	A concentração da propriedade
	Tentativas de industrialização e o movimento operário
	As reações aos movimentos sociais e a formação do Estado Populista na América Latina
	O imperialismo na América Latina
	As tentativas de superação da dependência e a crise econômico-social
	A cultura latino-americana

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série*. São Paulo, SE/CENP, 1983.

Pode-se perceber por estes temas que a Proposta e a Coletânea trazem influências da literatura de viés marxista da época, como Caio Prado Jr., escritor da obra “Formação do Brasil Contemporâneo”, de 1942, que discute o “sentido da colonização”. Sobre estas escolhas:

[...] E pro Ensino Médio nós resolvemos fazer uma grande incursão em América Latina. O Brasil tinha tido até os anos 40 uma relação muito forte com a América Latina e depois dos anos 50, 60, o Brasil voltou as costas pra América Latina, se transformou num país voltado pra Europa, Estados Unidos. O projeto político modernizador jogou o país de costas pra América Latina, nós perdemos contatos com culturas, sociedades, conhecimentos absolutamente maravilhosos. Então com isso nós estávamos fazendo a crítica desse processo brasileiro e já chamando a atenção pra coisas novas que estavam acontecendo, né? Os impactos da Revolução Cubana na transformação da sociedade, que era um prostíbulo norte-americano, pra uma sociedade íntegra, livre, organizada. A Revolução da Nicarágua, que foi um processo muito importante, né? Toda a discussão sobre a crise do Estado latino-americano, a formação dos grupos de narcotráfico que passaram a se mover nesse tempo. Mas também a música latino-americana, a música de protesto, então Violeta Parra, Víctor Jarra, Mercedes Sosa, uma quantidade enorme de pessoas, tudo isso dava um elã, né, nós tínhamos uma vontade imensa de nos articularmos nessa frente

e nós também vivemos um momento de contracultura, então a música de protesto, a crítica dessa cultura americanizada, os movimentos libertários dos jovens, o maio de 68 que nos influenciou um monte e tal. Então nos dedicamos a fazer esse trabalho. Esse trabalho foi feito a ferro e fogo porque não tinha nada, não tinha nada. Então nós fomos escavando alguns temas e algumas coisas pra poder montar esse material de subsídios mesmo pra um ensino de História da América Latina que pudesse referendar, rever, olhar aspectos da política, da economia, mas fundamentalmente da cultura, da vida social, dessa relação presente-passado. Uma América Latina que não perdeu suas origens, cuja população andina é fortemente ainda vinculada a seus valores ancestrais (IOKOI, 2016).

A professora Zilda Iokoi não foi uma das alunas de Maria Lígia Prado, que, como já falamos, iniciou suas atividades como professora de História da América Independente na USP em 1975, mas participou da Associação de Estudos Latino-Americanos, a AELA, coordenada por Maria Lígia. A AELA se formou a partir do interesse dos alunos de Maria Lígia, que queriam continuar a estudar a História da América Latina, mesmo após concluída a disciplina obrigatória. Da Associação participaram alunos que são hoje importantes pesquisadores em América Latina no Brasil, como a própria Zilda Iokoi (USP), Julio Pimentel Pinto (USP), Katia Gerab Baggio (UFMG), José Luis Beired (UNESP) e outros. Eles produziram também diversos números da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense. Maria Lígia escreveu sobre o populismo na Argentina e no México, Julio Pimentel Pinto escreveu sobre o caudilhismo, Beired sobre as origens do Peronismo, entre outros. Estudar a História da América Latina naquele momento era um ato político, porque, em geral, não era “bem visto”. Recorda Maria Lígia:

[...] Então, eu comecei a dar aula em 75. E nesse período era impossível, no geral, você falar sobre Cuba, porque Cuba era um país-tabu, por causa da Revolução e aqui estávamos em plena Ditadura. Então, o Florestan, quando publica o livro dele, que eu acho que é, eu não me lembro, é 70 e alguma coisa, então foi um acontecimento o livro dele sobre a... “Da Guerrilha à Revolução”<sup>3</sup>, não sei... Mas ele publicou, então, um acontecimento, porque Cuba... eu falava sobre Cuba, mas isso era algo completamente fora do padrão, era um tema proibido. Da mesma forma como, se você pensar, aliás fui uma vez repreendida por um colega porque eu estava usando um texto do Celso Furtado. Então o Celso Furtado também considerado, obviamente, ele tinha um livro “A História Econômica da América Latina” ou “Formação Econômica da América Latina”, que também um livro pioneiro. Então

---

<sup>3</sup> O título é “Da guerrilha ao socialismo”.

isso é um livro, o Celso Furtado era considerado um autor à esquerda e que não devia ser trabalhado, ainda mais em História da América. Então você tinha a América Latina, ela era vista como uma área perigosa, que lá tinha acontecido a Revolução Cubana e você tinha alguns autores, o Darcy Ribeiro também, então. Mas o Celso Furtado eu me lembro perfeitamente, eram autores que não deveriam ser lidos porque muito à esquerda. Então isso você tinha claramente, eu estou falando de 75, 76 e 77, Otávio Ianni cassado, que tinha escrito sobre a América Latina, e o Fernando Henrique também publicou o livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” em 1970. Então você tem esse grupo lá das Ciências Sociais que, também, muito mal vistos, mal vistos você compreende? E eu trabalhava com esses textos. Mas a coisa importante da política é que, depois você tem o golpe do Chile, quer dizer, eu começo a dar aula depois, em 75, você tem o golpe do Chile em 73. Então havia uma solidariedade latino-americana dos “à esquerda”, então os golpes, depois no Uruguai, na Argentina. Então você tinha afinidades ideológicas e políticas, o que fazia com que a gente se sentisse, quer dizer, eu me sentia, mas obviamente estou falando de um grupo mais amplo político-ideológico, a gente se sentia resistindo à ditadura e trabalhando com temas considerados fora do padrão e perigosos. Porque naqueles tempos isso era perigoso mesmo, porque se você fugisse muito da cartilha, era preso mesmo. Então eu acho que eu também, além de, como eu disse a você, a descoberta da História da América Latina, que me impulsionou, me estimulou, uma sempre grande curiosidade intelectual que eu sempre tive em relação a esse estudo, mas também o ambiente político. Eu era contra a ditadura, então você tem uma aproximação forte da política com a História, com o ensino etc. Nada de panfletagem, nada de simplificação, mas algo muito de convicção. (PRADO, 2016)

É forte na fala de Maria Lígia o tema do engajamento político e da curiosidade intelectual, quando um pesquisador faz seu trabalho mirando um ideal político mais amplo. Para ela, sua geração se inspirou na utopia do socialismo, que representava a esperança de um futuro de igualdade e liberdade. Nesse sentido, Maria Lígia posiciona-se como gramsciana, não acreditando na neutralidade política e ideológica dos intelectuais (PRADO, p. 15-16; In: ARIAS; JANOTTI, 2015). Seu relato pode ser visto não como pessoal, mas como geracional. Em sua geração de historiadores destacou-se também Maria Helena Rolim Capelato, sua colega de graduação, de Mestrado e, mais tarde, também de docência no Departamento de História da USP. Para Capelato, o ingresso de Maria Lígia no departamento imprimiu um novo caminho para o conhecimento em História da América Latina no Brasil, pois relata que, quando de sua entrada como professora de História da América em 1985, o contexto já era outro (CAPELATO, 2013, p.16-17).

O engajamento político desta geração refletiu-se na força que o campo de História da América ganhou ao longo das décadas, até que nos anos 1990 foi criada a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). O início da gestação da ANPHLAC ocorreu no ano de 1984, em João Pessoa, na Paraíba, o primeiro Congresso exclusivamente sobre História da América Latina no Brasil. O evento foi organizado pela professora Ivanice Frazão de Lima e Costa da Universidade Federal da Paraíba. Foi a primeira oportunidade para que os pesquisadores do tema, que se sentiam solitários em seus departamentos espalhados pelo país, se juntassem e compartilhassem angústias, experiências, bibliografia etc. Discutiuiu-se nesse Congresso a grande defasagem das pesquisas em História da América, grande parte em razão da repressão aos temas considerados subversivos durante a ditadura.

Somente em 1993 foi realizado, finalmente, um Encontro para a criação de uma Associação. Para sua organização criou-se o Comitê Nacional de Pesquisadores em História Latino Americana e Caribenha (CONDEPHLAC). O Encontro foi realizado em Mariana (MG) e ali fundou-se a ANPHLAC. Os sócios fundadores foram: Alberto Aggio (UNESP), Ana Maria Martinez (UNESP/Assis) Cecília Azevedo (UFF), Isabel (Gama Filho), Fátima Gouvea (UFF) Hector Bruit (UNICAMP), Heloisa Reichel (UFRGS), Lilia Medrano (Católica de Campinas), Kátia Gerab (UFOP), Lina Aras (UFBA), Maria Helena Capelato (USP), Maria Lígia Prado (USP), Maria Teresa Toríbio B. Lemos (UERJ), Philomena Gebran (UFRJ) e Ronaldo Vainfas (UFF) (GEBRAN, 2013, p. 5-6).

O caminho acidentado percorrido pela História da América Latina no Brasil, seja pesquisada na universidade, seja ensinada nas escolas, é significativo do difícil caminho do engajamento dos intelectuais brasileiros que se colocam à esquerda no espectro político. Percorrer esse caminho, no entanto, é essencial para compreender o que representaram documentos curriculares que traziam a História da América, com viés crítico, como seu eixo principal.

### Referências

APPLE, Michael W.; BURAS, Kristen L. (org.). *Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez Editora,



1982.

ARIAS NETO, José Miguel; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (org.). *Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo: Horizonte, 2015.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras. Coleção Formação de Professores*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. IOKOI, Zilda Marcia Gricoli (orgs.). *Educação na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n° 4, 2005. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/viewFile/1365/1236>> Acesso em fevereiro de 2015.

CARVALHO, Daniela Vallandro de; MEDEIROS, Elisabeth Weber. O ensino de História da América Latina a partir das novas abordagens historiográficas. *Anais da XII Jornada Nacional de Educação*. UNIFRA: Santa Maria, 2006.

CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. *Teoria & Educação*, Porto Alegre: Pannonica, n.2, p.177-228, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os Historiadores*. Trad. Marcos A. Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da. ZAMBONI, Ernesta. A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina. *Revista Práxis Educativa*, v. 8, n. 2, p. 419-441. UEPG: Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em fevereiro de 2015.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. *A “Invenção da América” na Cultura Escolar*. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000120857>> Acesso em fevereiro de 2015.

FORQUIN, Jean-Claude. “As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa”. *Educação e realidade*, v.1, n.21, p.187-198, jan.-jun., 1996

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985. Um estudo sobre a Política Educacional*. 444 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.

GIROUX, Henry A.. *Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOODSON, Ivor F. La construcción social del curriculum: Posibilidades y ámbitos de investigación de la Historia del Curriculum. *Revista de Educación*, n° 295, p. 7-37, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1991.

\_\_\_\_\_. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas (SP): Autores Associados, n.1, p.9-43, jan.-jun. 2001

LOURENÇO, Elaine. Os Guias Curriculares do Estado de São Paulo nos anos de 1970: entre a CEHRUPE e a CENP. *Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil* (on-line), Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2008. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/view/5000>> Data de acesso: 15/09/2016.

MARTINS, Maria do Carmo. *A construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. 113 fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

## Fontes

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A História da América na Universidade de São Paulo [agosto.2016]. Entrevistadora: Nathalia Fernandes Vieira. Entrevista concedida para pesquisa de Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. A produção curricular no período da Ditadura Militar no Brasil [agosto.2016]. Entrevistadora: Nathalia Fernandes Vieira. Entrevista concedida para pesquisa de Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PRADO, Maria Lígia Coelho. A História da América na Universidade de São Paulo [agosto.2016]. Entrevistadora: Nathalia Fernandes Vieira. Entrevista concedida para pesquisa de Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. *Guias Curriculares Propostos para as Matérias do Núcleo Comum do Ensino do 1º Grau*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1975. 232p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série*. São

Paulo, SE/CENP, 1983.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º grau*. Maria de Lourdes Monaco Janotti (coord.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1980. 94p.